



Análise da evasão estudantil na perspectiva da eficiência no gasto com a educação: o caso do IFRN

Monica Araújo da Costa Nunes Dantas¹, Maria Gerlane da Silva², Gustavo Henrique Mendes Cahú da Silva³, Eduardo Janser de Azevedo Dantas⁴

¹Graduanda em Tecnologia em Gestão Pública – IFRN – Câmpus Natal-Central. e-mail: macndantas@gmail.com

²Graduanda em Tecnologia em Gestão Pública – IFRN – Câmpus Natal-Central. e-mail: gerlane_rn@cefetrn.br

³Graduando em Tecnologia em Gestão Pública – IFRN – Câmpus Natal-Central.. e-mail: gustavocahu@hotmail.com

⁴Professor do IFRN – Campus Natal-Central – Grupo de pesquisa TGIS e-mail: eduardo.janser@ifrn.edu.br

Resumo: O artigo apresenta uma visão da situação do ensino superior no Brasil e os impactos do déficit educacional, no âmbito social e institucional. A partir da observação do comportamento das variáveis e indicadores estudados, foi possível perceber que um aumento nos gastos por aluno pode ter como resultado um aumento na permanência deste na educação, através de programas de assistência estudantil. A presente investigação desenvolveu-se a partir de uma pesquisa bibliográfica e consulta a bases de dados em formato eletrônico de órgãos governamentais. As conclusões derivaram de apontamento analítico dos resultados. O estudo ressalta ainda a importância sobre o entendimento do fenômeno da evasão e seus impactos econômicos.

Palavras-chave: educação, eficiência acadêmica, evasão

1. INTRODUÇÃO

O Brasil se apresenta atualmente como a sexta economia do mundo capitalista, tendo alcançado este patamar a partir de um conjunto de políticas que conduziram o país a níveis de crescimento econômico médio crescentes e redução das desigualdades sociais. É importante frisar que a desigualdade social é um dos aspectos que caracterizam a sociedade brasileira perante outros países, sendo resultado de uma estrutura fundiária perversa, e do pouco acesso aos serviços sociais básicos por parte da maioria da população, serviços esses oferecidos, em sua maioria, pelo Estado brasileiro.

A educação é um serviço básico que determina a capacidade de acesso à cidadania, e portanto, um dos maiores desafios da sociedade brasileira atual é incluir na maior proporção possível a maior parte dos indivíduos no sistema educacional brasileiro. Um melhor nível educacional da população ajuda na melhoria de vários outros indicadores sociais de desenvolvimento.

Nos últimos anos tem aumentado o percentual do investimento em educação no Brasil, onde o Governo Federal tem tido uma maior participação nesse investimento. O Brasil tem hoje um gasto em educação da ordem de 5% do PIB – Produto Interno Bruto. Está em discussão no Congresso Nacional o PNE – Plano Nacional de Educação, que prevê o aumento desse gasto para até 10% do PIB. Certamente, um maior dispêndio com o sistema educacional deverá conduzir a melhores indicadores, a exemplo do que ocorreu em outros países.

Outro aspecto a ser ressaltado é o novo papel desempenhado pelo Estado na sociedade. Após três décadas de neoliberalismo, há uma reconfiguração na gestão do Estado. Segundo Abrucio (2007), a ascensão das ideias neoliberais trouxe no âmbito da gestão do Estado o modelo gerencial, em substituição ao modelo burocrático weberiano. Nesta nova perspectiva, dentre outros aspectos, exige-se dos gestores públicos resultados.

A evasão estudantil é um fenômeno complexo, que resulta na interrupção dos estudos por parte do estudante. Ela tem reflexos importantes em várias dimensões, devendo ser portanto uma preocupação sempre presente nos gestores educacionais. No caso da educação superior,

é um problema internacional que afeta o resultado dos sistemas educacionais. As perdas de estudantes que iniciam mas não terminam seus



cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno. No setor privado, é uma importante perda de receitas. Em ambos os casos, a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico (SILVA FILHO, 2007).

Apesar do presente trabalho focar a evasão estudantil no ensino superior brasileiro, a mesma é um problema mundial e o controle dos seus índices é prioridade entre os países desenvolvidos. Assim, buscar investigar os obstáculos à permanência do aluno é importante mesmo para as instituições públicas. No caso das instituições de educação é necessária uma gestão voltada para a qualidade do ensino, permanência e êxito dos estudantes, para que se alcancem as metas para os indicadores de eficiência acadêmica. Porém, a maioria delas não possui um programa de combate à evasão.

O objetivo desse estudo é apresentar a situação da educação superior nas instituições federais de ensino do Brasil e uma visão mais detalhada do IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, além de procurar estabelecer relações entre os gastos por aluno e eficiência acadêmica.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa bibliográfica teve como fonte base de dados em formato eletrônico como órgãos de pesquisa principalmente INEP/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do Ministério da Educação, e IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, utilizando-se de seus portais na Internet, da utilização de solicitação de acesso à informação em vigor recentemente para órgãos públicos do Brasil (Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011), bem como de outras pesquisas sobre a educação no ensino superior, de Relatórios de Gestão de instituições Federais de Ensino e do Censo da Educação Superior elaborado pelo MEC.

A pesquisa sobre a evasão no âmbito institucional mais detalhado é de grande importância, portanto deve ser alvo de continuação desse estudo posteriormente. Porém, por se tratar de matéria complexa, não foram calculados os índices de evasão. Nesta pesquisa utilizou-se dados apresentados de acordo com sistematizações e determinações governamentais existentes, principalmente as informações sobre número de ingressos, concluintes, matrículas e os indicadores de eficiência acadêmica e de gastos por aluno. Foi apresentada a evolução de ingressos e concluintes entre 2003 e 2010 ocorridos nas IFES – Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras e no IFRN, para fins de comparação. Também foi apresentada a evolução do custo por aluno no mesmo período no IFRN para aferir conjuntamente relações entre as variáveis. As informações foram sistematizadas em gráficos utilizando programa de planilha eletrônica.

No que se refere à interpretação e obtenção de resultados, foram estabelecidas relações entre estas variáveis, de modo a verificar como os gastos por aluno influenciam na eficiência acadêmica (GIL, 2010).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Educação Superior e remuneração

No Brasil o ensino superior é um fator muito importante para ascensão ao mercado de trabalho. Segundo o IBGE em 2009, os assalariados das empresas cadastradas no CEMPRE – Cadastro Nacional de Empresas e que possuem nível superior receberam salário 225,0% maior dos os que não possuíam, conforme mostra a Tabela 1. Ainda assim, muitas pessoas que se matriculam nos cursos não os concluem. Portanto, no âmbito institucional, buscar compreender os obstáculos à permanência do aluno é importante, visto que a formação acadêmica é propósito desta. Manter seus cursos e as instituições atraentes para o seu público alvo se faz uma necessidade constante para a sua própria existência, mesmo quando se trata de uma organização pública, pois esta deve obedecer a princípios,



como os da eficiência e o da responsabilidade fiscal, para se manter viável e atender a seu propósito social.

Tabela 1 – Pessoal ocupado assalariado, salários e outras remunerações e salário médio mensal, segundo o nível de escolaridade – Brasil – 2009

Nível de escolaridade	Pessoal assalariado ocupado		Salários e outras remunerações (1.000 R\$)		Salário médio mensal (em s.m.)
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	
Total	40.212.057	100,0	781.881.723	100,0	3,3
Sem nível superior	33.580.487	83,5	471.298.465	60,3	2,4
Com nível superior	6.631.580	16,5	310.583.258	39,7	7,8

Fonte: IBGE.

A sociedade, cliente final e financiadora de todas as organizações públicas, se beneficia quando estudos como este podem proporcionar melhorias na eficiência e eficácia das prestações de serviço público. A educação, anteriormente citada como um grande variante salarial, pode ser responsável por grandes impactos na economia e no desenvolvimento de um país. Estes impactos podem ser positivos ou negativos. Segundo OCDE, no caso do Brasil a educação é um dos grandes desafios ao desenvolvimento, ao lado da distribuição de renda. Apesar do aumento na remuneração em relação ao nível de escolaridade ser significativo, o número de pessoas empregadas sem nível superior representou 83,5% do total pesquisado pelo IBGE em 2009. A Tabela 1, mostra o déficit educacional e, por conseguinte, a necessidade de fazer das instituições instrumentos mais eficientes no atendimento dessa demanda.

3.2. Evasão Estudantil

Em linhas gerais, quando se fala em eficiência acadêmica é inevitável citar o fenômeno da evasão. Segundo SILVA et al, 2007, a evasão estudantil é um fenômeno complexo com abrangência mundial, que tem como resultado o abandono do ensino pelo aluno. A causa da evasão envolve fatores sociais, econômicos e pessoais, como a necessidade precoce de ingresso no mercado de trabalho, ou dificuldades com o currículo escolar, professores, organização da escola, etc. Porém, o estudo acima revela, de forma simplificada, que tanto os estudantes quanto as instituições declaram que a principal causa da evasão são problemas de ordem financeira.

A evasão tem sido cada vez mais tema de estudos devido à importância dos impactos por ela causados. A evasão pode ser calculada de diversas formas, contanto que se tenha acesso aos dados pertinentes, geralmente o número de ingressos, concluintes e matrículas. O cálculo dos seus índices ainda não foi sistematizado por órgãos oficiais, e portanto as fórmulas utilizadas podem apresentar disparidades entre os seus autores, dificultando um estudo comparativo.

3.3. A medição da evasão

Pode-se estudar a evasão no âmbito específico de uma instituição de ensino; este estudo interno é geralmente mais detalhado e acurado do que os externos. Ela pode também ser estudada de forma macroscópica, levando em consideração um conjunto de instituições e dados disponibilizados por órgãos de pesquisa como o INEP/MEC (SILVA et al, 2007).

Não encontrou-se uma sistematização para tratar do assunto. Contudo, a evasão anual média e a evasão total são aspectos muito presentes em pesquisas, e significam, respectivamente, segundo BAGGI & LOPES, 2010, “a porcentagem dos alunos matriculados em um curso ou instituição, que no



ano seguinte não se matricularão e a evasão total, apresenta o número de alunos matriculados que não concluíram o curso”. A maioria dos dados disponibilizados de forma macro não permite acompanhar a evasão por aluno ou a evasão total de forma acurada. Por motivos de organização institucional e até por razões éticas, não é possível identificar as turmas concluintes e suas correspondentes de ingressos dentre os dados macroscópicos. Portanto, o cálculo da evasão total geralmente só pode ser realizada pelas pesquisas internas.

Partindo disso, expõe-se os dados do Censo da Educação Superior de 2010, obtidos de forma macroscópica sobre o número de ingressos, concluintes e matriculados em IFES, que serão comparadas posteriormente com a os resultados do IFRN no mesmo período.

Pelo número de ingressos e concluintes nas IFES, foi possível observar que houve aumento progressivo de ingressos em 110,6%, portanto bem maior que o número de concluintes (52,4%) no mesmo período. Figura 1.

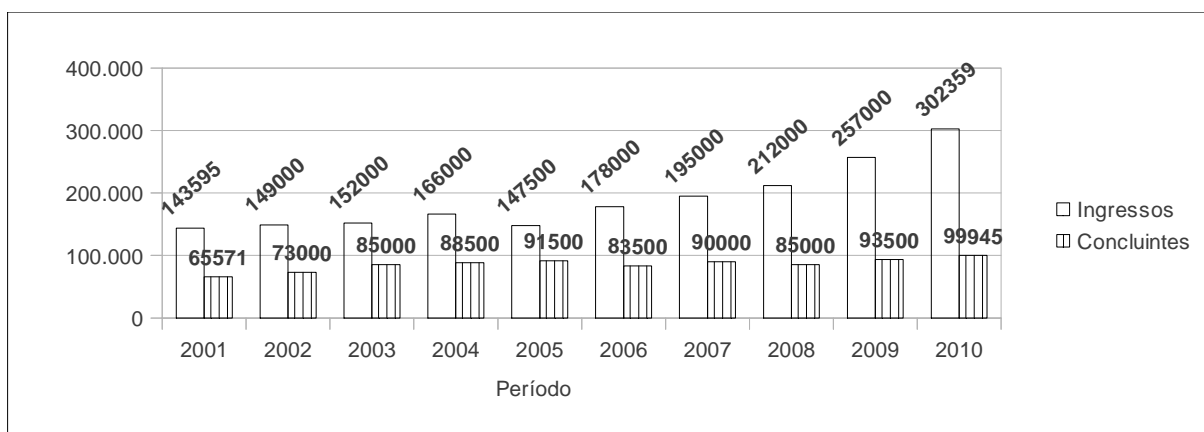


Figura 1 - Evolução Comparativa de Ingressos e Concluintes – Brasil. Fonte: Censo da educação superior 2010 - INEP/MEC/Censup (Adaptação)

Os dados apresentados pelo censo da educação mostram a situação nacional sobre o número de ingressos e concluintes em instituições públicas federais, (MEC, 2010).

Como o cálculo e divulgação dos índices de evasão ainda são de difícil acesso e dependem de cálculos e utilização de fórmulas que podem apresentar disparidades entre autores e seus resultados, ao invés de calcular a evasão, esta pesquisa optou por utilizar dados apresentados por entidades oficiais de apoio ao governo ou informações de acordo com sistematizações e determinações governamentais atuais de Acórdãos do TCU, termos de compromisso entre as instituições e entidades governamentais, relatórios de gestão de uma instituição federal, e comparar com os dados nacionais apresentados.

3.4. A evasão no IFRN

Segundo informação do histórico disponível no portal institucional, o IFRN surgiu em 1909, como a Escola de Aprendizes Artífices que oferecia curso primário, de desenho e oficinas de trabalhos manuais. Vinte anos depois da sua fundação, começou a oferecer cursos técnicos de nível médio quando, transformou-se em 1965, em Escola Industrial Federal. Em 1967 a escola foi transferida para a Avenida Senador Salgado Filho em Natal, onde passou a se chamar Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte – ETRN. Em 1994 a rede federal de educação tecnológica no Rio Grande do Norte iniciou um processo de expansão no território estadual inaugurando a Unidade Descentralizada de



Educação – UNED, em Mossoró. Em 1999 a instituição passou por mais uma mudança, criando-se o Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, dando início à oferta de cursos de educação profissional nos níveis básico, técnico, tecnológico e ensino médio.

Durante a sua trajetória, o IFRN mudou de nome e endereço diversas vezes, decorrentes de políticas educacionais. Porém, cabe frisar que a instituição esteve voltada para a capacitação para o mundo do trabalho em sua evolução. Acompanhou a expansão industrial no Brasil que se intensificou nas décadas de 1940 e 1950, com cursos voltados para a área industrial. Com o advento da globalização e a crescente necessidade de profissionais capacitados e especializados em tecnologia em diversas áreas, e também na área de serviços, passou a ofertar cursos superiores de graduação tecnológica em 1999, e posteriormente cursos de licenciaturas, alguns desses com opção presencial e a distância.

Em 2008, foi criado o IFRN com a função social de transformar a realidade com perspectiva na igualdade e justiça social, através da formação profissional de nível médio integrados e subsequentes, curso superior de licenciatura, cursos superiores de tecnologia e pós-graduação. Em 2011 o instituto contava com cerca de vinte e cinco mil alunos matriculados.

O IFRN apresenta anualmente um Relatório de Gestão (IFRN, 2011) de acordo com Termo de Metas SETEC/MEC-IFRN e o Acórdão 2.267/2005-TCU sobre cálculo de indicadores educacionais. Esses relatórios fornecem dados sobre a situação da instituição, bem como os resultados de indicadores exigidos e padronizados em modelo apresentado pelo TCU. A pesquisa escolheu utilizar dados sobre o número de ingressos e concluintes comparando-os com os dados nacionais encontrados. Ainda foram apresentados indicadores de eficiência acadêmica e o indicador de gastos por aluno.

O estudo apresenta a evolução da situação do IFRN no período entre 2003 e 2011. Inicialmente a pesquisa pretendeu mostrar a situação do mesmo período apresentado anteriormente sobre a situação nacional, porém por razões de dificuldade na aquisição das informações pertinentes nos relatórios anteriores ao ano de 2003, quando inexistia a padronização dos indicadores, foram apresentados apenas os dados que utilizavam o modelo sistematizado por determinações atuais, evitando assim disparidade inaccurada das análises.

Quanto ao número de ingressos e concluintes no IFRN, a expansão da Rede Federal promoveu um aumento significativo, com surgimento de novos *campi* e cursos oferecidos. No entanto, a Instituição, que oferece cursos superiores desde 1999, passou por crises e ameaças nos anos de 2000, 2001 e 2002 que trouxeram reflexos negativos para o desempenho institucional, segundo os relatórios de gestão dos respectivos anos. Esses reflexos ainda podem ser percebidos nos resultados dos anos seguintes que a partir de então, apresentam evolução progressiva até o ano de 2011 como mostra a Figura 2.

Em consonância com os Indicadores do Acórdão 2.267/2005-TCU, o indicador Gastos Correntes por Aluno tem como objetivo quantificar todos os gastos da instituição exceto investimento, capital, precatórios, inativos e pensionistas, por aluno atendido. Para tanto, é calculado o resultado da divisão do total de Gastos pelo número de alunos matriculados. Já o indicador de Eficiência Acadêmica, tem como objetivo quantificar a eficiência das ofertas educacionais da Instituição, e é calculado pelo resultado da divisão do número de concluintes pelo número de ingressos correspondentes, multiplicado por cem.

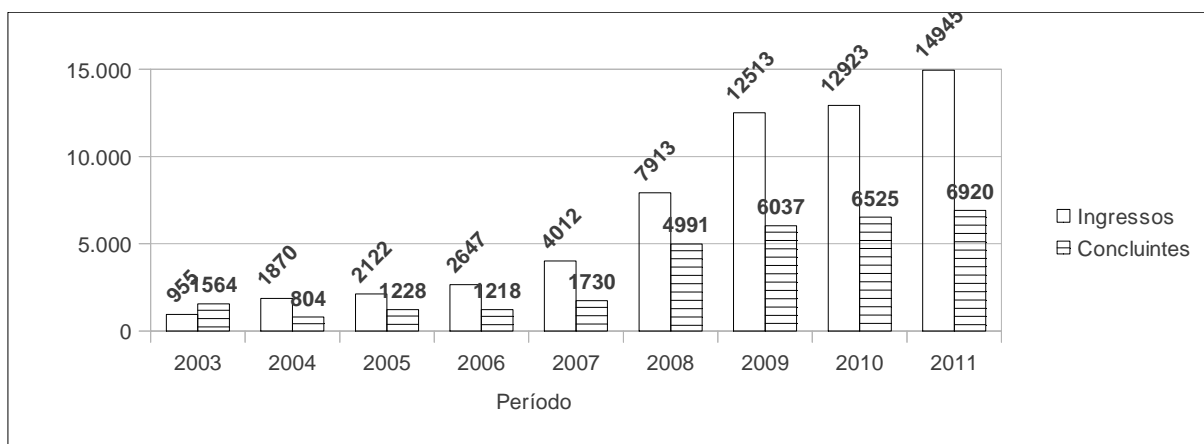


Figura 2: Evolução do número de ingressos e concluintes no IFRN . Fonte: Relatórios de gestão do IFRN.

Em 2003, os resultados apresentaram variações adversas, com um índice de gastos por aluno muito abaixo da média, e por consequência um índice de eficiência muito alto em relação ao baixo custo. Isto ocorreu por ainda estarem em desacordo com as definições do TCU, e não incluírem todos os gastos apresentados nos outros índices do período. Segundo o Relatório de Gestão de 2011 do IFRN, os resultados mostrados na Tabela 2, são frutos de planejamento e execução adequada da utilização dos recursos e aumento da verba disponível que permitiu a permanência e o êxito dos estudantes matriculados. A Tabela 2 apresenta os dois índices, lado a lado, para que se possa melhor visualizar a relação entre os indicadores.

Tabela 2 – Evolução dos indicadores Gastos por Alunos e Eficiência Acadêmica no IFRN

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Gastos por Aluno (R\$)	685,5	2.844,3	3.549,9	3.744,6	3.934,2	6.888,4	6.156,5	8.286,4
Eficiência Acadêmica (%)	61,06	42,99	57,86	46,01	54,9	77,0	88,81	69,88

Fonte: IFRN (2011).

6. CONCLUSÕES

Apesar de o número de ingressos e concluintes ter apresentado crescimento progressivo no mesmo período, tanto em âmbito nacional quanto no institucional, o IFRN apresenta a situação mais favorável. Ao comparar os resultados mostrados nas Figuras 1 e 2, torna-se evidente a diferença entre a progressão do número de concluintes em relação aos ingressos entre os dois ambientes.

O estudo conclui que os gastos por aluno, principalmente quando tem como o objetivo a utilização dos recursos em prol da permanência e êxito dos estudantes matriculados, influenciam de forma positiva na melhoria dos índices de eficiência, conforme resultados apresentados na Tabela 2. Isso faz supor que o aumento na aplicação de recurso em programas de assistência ao aluno seja uma boa opção de enfrentamento do problema, e contribuição para a melhoria no desempenho da instituição.



Foram desconsiderados para análise os resultados de 2003 e 2011, pois não incluíram todos os gastos necessários, passando uma inacurada situação de eficiência. Mesmo assim foi possível atingir a meta de 75% estabelecida pelo Termo de Metas e compromissos entre SETEC/MEC-IFRN, e demonstra um provável aumento do índice em relação ao ano anterior.

A perda social e de receita nas IES ocasionadas pelo fenômeno da evasão ainda é alta, porém foi possível perceber no decorrer da pesquisa que a divulgação do assunto é temida, pelo zelo com a imagem da instituição. No entanto, a maioria das instituições não possui um programa de combate à evasão sistematizado, e optam por negá-lo (SILVA FILHO et al, 2007).

É preciso ressaltar que, apesar da evolução no acesso à informação na administração pública, a disponibilidade de dados oficiais pelo governo não é objetiva ou uniforme, o que dificultou a pesquisa. Dada a relevância, dados sobre o assunto deveriam ser disponibilizados oficialmente pelo governo de maneira clara a quantificar e qualificar a evasão utilizando formulas padronizadas.

Aponta-se ainda para a importância da continuação de forma mais aprofundada do estudo, a fim de identificar qual o impacto econômico causado pela evasão, quantificando esses valores em relação ao custo por aluno e os recursos utilizados na assistência ao aluno no IFRN.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando. O impacto do modelo gerencial na Administração Pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. **Cadernos ENAP**; n. 10, 52 p. 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação: Referências: Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. **Evasão e Avaliação Institucional no Ensino Superior**: Uma Discussão Bibliográfica. Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 2, p. 355-374, jul. 2011.

BRASIL – MEC/INEP. **CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2010**. Disponível em: <bit.ly/OcIsf3> Acessado em junho 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo; Atlas, 2010.

IBGE – **CEMPRE 2010**: número de trabalhadores formais aumenta 17,3% em três anos. Disponível em: <bit.ly/QRiszB> Acesso em junho de 2012.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. **Histórico Institucional do IFRN**. Disponível em: <http://tinyurl.com/8urgf5k>. Acesso em junho 2012.

_____. **Relatório de Gestão 2011**. Natal, 2011. Disponível em: <http://tinyurl.com/8nv79vc>. Acesso em agosto de 2012.

OECD – **Countries-Brazil**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/brazil/>> Acesso em: junho 2012.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo; MOTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPÓLITO, Oscar; LOBO, Maria Beatriz de C. M. **A Evasão no Ensino Superior Brasileiro**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al. **A evasão no ensino superior brasileiro**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007 .